

Comunicação acessível aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas: uma análise das normas brasileiras

Sulamita Nicolau de Miranda (UFRJ) - sulamitandmiranda@gmail.com

Resumo:

Aborda a comunicação visual em bibliotecas de forma a atender aos usuários surdos e com deficiência auditiva. Analisa a questão da sinalização em bibliotecas a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - NBR 15599/08 e NBR9050/15 e do documento Fortalecimento de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas (Manual orientador). O objetivo do estudo é reunir os aspectos comuns das referidas normas facilitando aos profissionais da informação a organização, planejamento e implantação de projetos de sinalização em bibliotecas. Conclui-se que adoção da sinalização adequada permitirá aos usuários surdos e com deficiência realizarem suas pesquisas com autonomia garantindo-lhes o acesso à informação.

Palavras-chave: *Comunicação visual ; Acessibilidade comunicacional; Acessibilidade em bibliotecas; Usuários surdos; Comunicação acessível*

Eixo temático: *Eixo 4: Bibliotecas para todos: Acessibilidade para pessoas com deficiência, inclusão social, enfoque de gênero, bibliotecas como espaço de aprendizagem. Biblioteconomia Social.*

Introdução

A surdez e a deficiência auditiva são consideradas deficiência sensorial, porque ocorre “perda da capacidade de receber mensagens por um, ou mais de um, dos órgãos de percepção [...]” (ABNT, 2008, p. 2).

Essa definição remete à reflexão de como as pessoas surdas e com deficiência auditiva percebem o mundo sem a presença do som em uma sociedade na qual a comunicação entre seus membros é majoritariamente sonora.

De acordo com PERLIN (2013, p.56 apud SKLIAR, 2013) “[...] ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva”.

“Os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos e de tudo o que ocorre ao redor deles [...]” (STROBEL, 2013, p.45).

Essas citações das autoras surdas Perlin e Strobel contribuem para a compreensão do universo das pessoas surdas e convida a refletir sobre a questão da acessibilidade em bibliotecas, que como será apresentado nesse estudo vai bem além das rampas de acesso na entrada.

Nesse sentido, quais medidas precisam ser adotadas pelas bibliotecas para superar a barreira da comunicação com os usuários surdos e garantir-lhes o acesso à informação? Há na literatura brasileira uma série de orientações com enfoque na comunicação visual, mas qual o significado dessa terminologia? De acordo com a NBR 15599/08 a comunicação visual ocorre [...] “por meio de imagens e requer a percepção visual para sua recepção.” (ABNT, 2008, p.2).

O objetivo do presente trabalho é analisar normas e documentos nacionais de forma a contribuir para com os profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação para que estes possam colocar em prática as orientações previstas nesses documentos eliminando as barreiras de comunicação garantindo as pessoas surdas e com deficiência auditiva a autonomia e igualdade ao direito de acesso à informação nas bibliotecas.

Método da pesquisa

Adota-se a metodologia da análise documental para verificar as orientações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR 15599/08 e NBR 9050/15 e do recém-publicado “Fortalecimento

de Bibliotecas Acessíveis e Inclusivas” (Manual orientador), doravante designado como Manual orientador, no que se refere à comunicação visual para garantir o acesso à informação aos usuários surdos e com deficiência auditiva nas bibliotecas.

Resultados e discussão

A NBR 9050/15 estabelece que a sinalização “deve ser autoexplicativa, perceptível e legível para todos, inclusive para às pessoas com deficiência.” (ABNT, 2015, p.30).

A sinalização visual é “composta por mensagens de textos, contrastes, símbolos e figuras.” (ABNT, 2015, p.31).

“A sinalização deve ser localizada de forma a identificar claramente as utilidades disponíveis dos ambientes”. Devem seguir uma sequência lógica de orientação podendo ser repetida sempre que houver alterações de direção. (ABNT, 2015, p.32).

A sinalização deve ser posicionada a uma altura que possa ser lida com clareza por pessoas sentadas, em pé ou caminhando e a redação dos textos deve ser objetiva, com sujeito, verbo e predicado, na voz ativa em sentenças afirmativas que enfatizem a sequência das ações. (ABNT, 2015, p.33).

O tamanho e a fonte das letras e números também são estabelecidos pela NBR 9050/15. A informação visual deve ser legível e seguir padrões que permitam a visualização e entendimento da sinalização, padrões estes relacionados no item 5 da norma referentes ao contraste (cores do texto e fundo), iluminação do ambiente, estilo de redação, tamanho da fonte, distância entre outras especificações.

As placas devem respeitar os parâmetros visuais dispostos em 4.8 da NBR 9050/2015, que dispõe sobre os ângulos de alcance visual em “diferentes distâncias horizontais, a aplicação dos ângulos de alcance visual para pessoas em pé, sentadas e em cadeiras de rodas.” (ABNT, 2015, p.26).

A adoção de símbolos de padrão internacional é recomendada. No caso da surdez e deficiência auditiva, deve-se utilizar o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva “em todos os locais que se destinem equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços para pessoas com deficiência auditiva [...]” (ABNT, 2015, p.41), por exemplo, identificar a localização do intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS com esse sinal (item 5.3.2.8.1.6 NBR 9050/15).

As orientações quanto ao desenho, posição do desenho, cores e proporções para a representação desse símbolo estão dispostas no item 5.3.4 da NBR 9050/15 e item 6.1.3 da NBR 15599/08. Havendo a presença do intérprete de Libras, o posicionamento desse profissional deve ser indicado com esse símbolo, conforme o item 5.2.8.1.6 da NBR 9050/15.

A utilização de outros símbolos internacionais, tais como informação, telefone com teclado e telefone com amplificador sonoro também é indicada pelas referidas normas, devendo ser identificados conforme item 5.3.5.5 da NBR 9050 (ABNT, 2015, p.43) e itens 6.2.1.1 e 6.2.1.2 e para os telefones para surdos nos item 6.2.2.1, conforme NBR 15599/08 (ABNT, 2008, p. 23).

A NBR 15599/08 apresenta no anexo A3 alguns recursos de comunicação visual que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção visual, dos quais destacamos: *e-mail*, imagens, legendas em texto, internet, material gráfico impresso, pictogramas com ou sem texto, sinalização luminosa de alerta, textos escritos, telefone para surdos, *webcam* etc. (ABNT, 2008, p.35-37).

Em 2016 foi publicado, pela OSCIP Mais Diferenças, o Manual orientador e de acordo com esse documento protocolos de atendimento aos usuários devem ser elaborados “[...], pois torna o ambiente e os serviços mais acessíveis a todo o tempo, e não em um único momento.” (FORTALECIMENTO, 2016, p. 34).

Nos diferentes espaços, as informações devem ser transmitidas por meio de sinalizações visuais, táteis e sonoras, sendo autoexplicativas, perceptíveis e legíveis para todos. Existem sinalizações de localização, advertência e instrução. Recomenda-se que elas sejam complementadas com símbolos. (FORTALECIMENTO, 2016, p. 48).

O Manual orientador indica a consulta ao site do Portal Aragonês de Comunicação Alternativa e Ampliada – ARA SAAC¹ como fonte de pesquisa de pictogramas e imagens que facilitam a comunicação com pessoas com algum tipo de necessidade especial.

Outra indicação importante trazida pelo Manual orientador são os exemplos de placas de sinalização que podem ser consultados no site da Mais

¹ Disponível em: < www.arasaac.org >

Diferenças², de forma que independentemente da “capacidade sensorial ou de condições ambientais” a comunicação ocorra e o usuário tenha acesso aos produtos e serviços oferecidos pela biblioteca. (FORTALECIMENTO, 2016, p. 43-44).

O item 6.4.6 apresenta a importância e as especificações da LIBRAS e o item 6.4.7 explica as diferenças entre a legenda subtitulação e a legenda oculta (*closed caption*) para as pessoas surdas.

Conteúdo audiovisual acessível é o tema do item 6.4.8 “Vídeos acessíveis – peças audiovisuais acrescidas de legenda, audiodescrição e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)” (FORTALECIMENTO, 2016, p. 94), além de aproveitar as novas tecnologias que estão à disposição para facilitar a comunicação.

O tópico 6.5 “Como trabalhar a acessibilidade na comunicação em seu dia a dia” apresenta como sugestão fazer uso da internet com sites que sigam as normas de acessibilidade em ambientes virtuais. No caso das pessoas surdas, sites com tradução em LIBRAS, *links* para VLIBRAS, ou uso de tradutores automáticos de LIBRAS, por exemplo, *ProDeaf* e o *HandTalk*. (FORTALECIMENTO, 2016, p. 110)

No item “Auxílios para pessoas surdas ou com deficiência auditiva” o Manual orientador indica o uso de LIBRAS de forma presencial, gravada ou por meio de interfaces (avatar, app) vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros.” (FORTALECIMENTO, 2016, p. 124).

Quanto ao uso de tecnologia assistiva aplicada em bibliotecas o Manual orientador lembra que “[...] nada adianta ter os equipamentos se eles de fato não estão acessíveis, inclusive do ponto de vista espacial.” (FORTALECIMENTO, 2016, p. 125).

Considerações finais

Da análise das normas propostas verificou-se que existem especificações precisas que norteiam o processo de comunicação visual, cabendo aos profissionais da informação criar meios para viabilizar na prática essas orientações.

² Disponível em : <<http://acessibilidadeembibliotecas.culturadigital.br>>

Espera-se que a reunião dos aspectos em comum dos documentos abordados em relação à comunicação visual possa contribuir para que os profissionais de bibliotecas busquem elaborar os projetos de comunicação visual que atendam as necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva, permitindo a esses usuários utilizarem a biblioteca com autonomia para realizarem suas atividades de estudo e lazer contribuindo para a inclusão desses usuários na sociedade garantindo-lhes o acesso à informação.

Cabe ressaltar a importância para o profissional em manter-se atualizado, buscando cursos de capacitação e trocando experiências com seus pares para que se possa oferecer produtos e serviços que atendam as necessidades dos usuários.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 15599**. Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: <<http://www.maisdiferencas.org.br/site/noticias/?id=245>>. Acesso em: 14 maio 2017.

PERLIN, Gladis T. T. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51-73.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3.ed., rev. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2013.